



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ - PI
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (GERAL)
EDITAL 001/2018

CARGO

AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Data e Horário da Prova

Domingo, 21/10/2018, às 08h

INSTRUÇÕES

- A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
- Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.
- Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (A,B,C,D).
- Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
- Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
- Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
- Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica do cartão-resposta.
- Assine o cartão-resposta no local indicado.
- Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
- Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal de sala: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; bip; receptor; pager; notebook; tablet eletrônico; palmtop; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.

Identificação do Candidato

Nome (em letra de forma)

GABARITO RASCUNHO

Apenas o fiscal de sala poderá destacar esta parte.

Nome do Candidato

GABARITO RASCUNHO

01	06	11	16	21	26	31	36
02	07	12	17	22	27	32	37
03	08	13	18	23	28	33	38
04	09	14	19	24	29	34	39
05	10	15	20	25	30	35	40



Para responder às questões seguintes, assinale APENAS UMA alternativa correta e marque o número correspondente no Cartão-Resposta.

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 4.

Registro linguístico pode variar de acordo com a situação e o assunto

Ideia de que há a língua "certa" de um lado e as variedades de outro vai na contramão dos estudos científicos.

“Me avisaram do meu gabinete que eu ‘tava com uma marca de batom, um beijo, no rosto. É o único problema que eu não preciso nessa altura da minha vida.”

A frase foi dita pelo Ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), durante a votação do pedido de *habeas corpus* para o Ex-presidente Lula no último dia 4 de abril.

Antes de retomar a leitura de seu voto, depois de aparte do Ministro Dias Toffoli, Barroso permitiu-se um momento de descontração.

Não paira dúvida acerca da formalidade do ambiente nem se questiona o grau de conhecimento da língua portuguesa do magistrado, mas o fato é que ele não disse “Avisaram-me”, “estava” ou “problema de que eu não preciso nesta altura”. Será que o Ministro errou?

Segundo o Sociolinguista Carlos Alberto Faraco, professor titular aposentado e Ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, não há cortes rígidos entre formal e informal, entre oral e escrito, entre “certo” e “errado”.

“A mudança estilística do Ministro está ligada ao assunto; as pessoas modulam a língua de acordo com interlocutores, ambiente, assunto, gênero do discurso etc. O mais importante é fugir sempre das dicotomias. Dicotomizar a realidade linguística é falseá-la; a língua varia muito seja na fala, seja na escrita”, afirma.

Além disso, segundo o professor, esse registro linguístico já pertence à norma culta, embora não corresponda por inteiro à norma-padrão. “São muito frequentes as orações relativas cortadoras (do tipo de “O livro que eu gosto”, com apagamento da preposição “de”) nos debates do STF. Os falantes, mesmo os altamente escolarizados, nem se dão conta de quanto a língua que falam está mudando”, diz Faraco.

Segundo o professor, é preciso distinguir “norma culta” (o registro efetivamente usado pelo segmento social letrado) de “norma-padrão” (modelo convencional de correção estipulado por gramáticos).

A ideia de que há a língua “certa” de um lado e as variedades de outro, ainda presente no senso comum, vai na contramão dos estudos científicos.

É com base nos *corpora* (conjuntos de dados linguísticos sistematicamente coletados e representativos dos usos) que se pode afirmar que a norma culta já não se identifica plenamente com a norma-padrão, nem mesmo nas situações de formalidade.

Em suma, a norma culta de hoje já não é a língua de Rui Barbosa (1849-1923), embora a gramática normativa nos remeta com frequência a modelos da época do célebre orador, escritor e jurista baiano.

Esse desencontro ocorre porque a língua está em constante mudança, enquanto o padrão tradicional de correção tende a se manter estático desde as suas origens, no século 19, quando se pautou pelos usos de Portugal.

A norma-padrão é, segundo Faraco, um modelo idealizado. “O resultado do abismo que se cria entre as práticas correntes e as regras postuladas como padrão é esta espécie de anomia linguística em que vivemos no Brasil. O ensino não tem norte e o uso não tem norte. Há uma grande insegurança linguística entre os falantes porque muitas regras não fazem sentido em confronto com as práticas concretas”, afirma.

Faraco lembra que o gramático Celso Cunha (1917-1989) já apontava o problema brasileiro da “dualidade de normas”, ou seja, há uma realidade praticada e uma prescrita. “Isso não é um problema só brasileiro. Criou-se na tradição histórica da América Latina a ideia de que a língua como se fala nas colônias é incorreta, descuidada, portanto a língua modelar (a que devemos usar na escrita etc.) mora em outro lugar. O espanhol mora em Madri e o português mora em Lisboa”, conclui.

www1.folha.uol.com.br - Folha de SP – 23/abril/18 - Thaís Nicoleti de Camargo - Adaptado

- 01)** A partir da leitura do texto, é INCORRETO afirmar:
- (A) Há uma diferença entre o modelo convencional da língua e a norma culta de hoje.
 - (B) A língua culta atual e as variedades linguísticas identificam-se plenamente com a gramática normativa.
 - (C) A frase dita pelo Ministro mostra a existência de uma norma culta e uma norma padrão, sendo uma praticada e outra prescrita, variando conforme a situação.
 - (D) Não são incorretas as construções linguísticas informais.
- 02)** A relação de ideia estabelecida pela oração destacada, foi identificada CORRETAMENTE entre parênteses em:
- (A) “Esse desencontro ocorre porque a língua está em constante mudança (...).” (conclusão)
 - (B) “(...) o padrão tradicional de correção tende a se manter estático desde as suas origens (...), quando se pautou pelos usos de Portugal.” (conformidade)
 - (C) “Em suma, a norma culta de hoje já não é a língua de Rui Barbosa, embora a gramática normativa nos remeta com frequência a modelos da época do célebre orador (...).” (concessão)
 - (D) “O ensino não tem norte e o uso não tem norte.” (alternância)
- 03)** O termo destacado tem o mesmo valor semântico da palavra entre parêntese, EXCETO em:
- (A) “O resultado do abismo que se cria entre as práticas correntes e as regras postuladas como padrão é esta espécie de anomia linguística em que vivemos no Brasil.” (organização)
 - (B) “O mais importante é fugir sempre das dicotomias.” (divisões)
 - (C) “Não paira dúvida acerca da formalidade do ambiente (...)” (a respeito de)
 - (D) “Segundo o professor, é preciso distinguir “norma culta” de “norma-padrão” (modelo convencional de correção estipulado por gramáticos). (admitido)
- 04)** No texto lê-se “Além disso, segundo o professor, esse registro linguístico já pertence à norma culta, embora não corresponda por inteiro à norma-padrão.”
- Os termos sublinhados acima têm, respectivamente, a equivalência de:
- (A) Explicação/designação/tempo.
 - (B) Realce/conformidade/intensidade.
 - (C) Situação/afirmação/expletivo.
 - (D) Inclusão/conformidade/tempo.

05) “Esse desencontro ocorre porque a língua está em constante mudança (...)”.

Desconsideradas as alterações de sentido, assinale a alternativa em que aparece ERRO ortográfico.

- (A)** **Por que** a língua está em constante mudança?
- (B)** As razões **porque** criticaram o ministro são equivocadas.
- (C)** O ministro não empregou a norma padrão. **Por quê?**
- (D)** A língua muda **porque** ela é dinâmica.

06) “(...) segundo o professor, esse registro linguístico já pertence à norma culta (...)”

Assinale a alternativa que justifica a utilização da crase:

- (A)** “à” indica a junção de dois artigos definidos.
- (B)** “à” indica a junção do pronome “a” com o artigo “a”.
- (C)** “à” indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.
- (D)** “à” indica a junção do artigo “a” com o pronome “a”.

07) “Registro linguístico pode variar de acordo com a situação e o assunto.”

Nessa frase, quantas palavras podem ser classificadas como substantivos?

- (A)** Uma palavra.
- (B)** Duas palavras.
- (C)** Três palavras.
- (D)** Quatro palavras.

08) “Segundo o Sociolinguista Carlos Alberto Faraco, professor titular aposentado e Ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, não há cortes rígidos entre formal e informal (...)”

Aponte a alternativa que justifica corretamente o emprego das vírgulas:

- (A)** Separar aposto.
- (B)** Separar vocativo.
- (C)** Separar sujeito.
- (D)** Separar adjunto adverbial deslocado .

09) “Me avisaram do meu gabinete que eu ‘tava com uma marca de batom, um beijo, no rosto.”

Ao reescrever a frase acima, conforme a norma padrão (gramática normativa), o processo de colocação pronominal do termo destacado passa a ser:

- (A)** Próclise.
- (B)** Ênclise.
- (C)** Mesóclise.
- (D)** Eufonia como determinante.

10) A nação que não trata sua língua como prioridade não é civilizada.

Assinale a opção que apresenta a CORRETA classificação da oração destacada.

- (A)** Oração coordenada sindética aditiva.
- (B)** Oração subordinada adverbial comparativa.
- (C)** Oração subordinada adjetiva restritiva.
- (D)** Oração subordinada adjetiva explicativa.

INFORMÁTICA

QUESTÕES DE 11 A 15

11) Segundo o manual do Google Chrome navegar na Web em privado no modo de navegação anônima impede que suas atividades fiquem memorizadas pelo navegador.

Sobre essa característica pode-se afirmar, EXCETO:

- (A) Quando navega em privado, as outras pessoas que utilizam o dispositivo não veem a sua atividade.
- (B) O Chrome apaga os ficheiros transferidos na navegação em privado e desse modo eles não serão acessados por outros usuários do dispositivo.
- (C) O Chrome não guarda o seu histórico de navegação nem as informações introduzidas nos formulários.
- (D) Os cookies e os dados de sites são memorizados enquanto navega, porém, são eliminados quando fecha o modo de navegação anônima.

12) Com relação as funções existentes Microsoft Excel 2013, analise as afirmativas.

- I. ÍNDICE Use esta função para retornar um valor ou a referência a um valor de dentro de uma tabela ou intervalo.
- II. SEERRO Retornará um valor que você especifica se uma fórmula for avaliada para um erro; do contrário, retornará o resultado da fórmula.
- III. ARRUMAR Remove espaços do texto.

Quais afirmativas estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas II e III
- (C) Apenas I e III
- (D) I, II e III

13) Todas alternativas referem-se a atalhos do Microsoft Windows 10 em português brasileiro (PT-BR), EXCETO:

- (A) Ctrl + Shift + teclas de direção
- (B) Num Lock + asterisco
- (C) Ctrl + F1
- (D) Ctrl + D

14) O site de buscas Google (www.google.com.br) permite usar símbolos ou palavras na pesquisa para tornar os resultados mais precisos. Quais afirmações abaixo referem-se a refinamentos de busca do Google?

- I. Combinar pesquisas: Coloque "OR" entre cada consulta de pesquisa.
- II. Pesquisar um site específico: Coloque "site:" antes de um site ou domínio.
- III. Pesquisar em e-mails: Coloque "@" antes de uma palavra para pesquisar em domínios de e-mails.

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas II e III
- (C) Apenas I e III
- (D) I, II e III

15) Os termos abaixo:

- I. NTFS, FAT, EXT3
- II. Clock Interno
- III. Windows-1250, UTF-8, ISO 8859-5.

Estão relacionados respectivamente a:

- (A) I - Sistema de Arquivos; II - Hard Disk; III - Tipos de Sistemas Operacionais.
- (B) I - Extensão de Arquivos; II - Fuso Horário; III - Codificação de caracteres.
- (C) I - Sistema de Arquivos; II - Ciclagem do Processador; III - Codificação de caracteres.
- (D) I - Extensão de Arquivos; II - Fuso Horário; III - Tipos de Sistemas Operacionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 16 A 40

16) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

Não representa um exemplo de Receita de Capital:

- (A) Operações de crédito.
- (B) Transferências correntes.
- (C) Amortização de empréstimos.
- (D) Transferências de capital.

17) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias. Representa uma causa de exclusão do crédito tributário:

- (A) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (B) Decisão judicial passada em julgado.
- (C) Anistia.
- (D) Conversão de depósito em renda.

18) O seguinte princípio administrativo impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta pois deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto:

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Presunção de legitimidade.

19) A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta é denominada de:

- (A) Empresa pública.
- (B) Autarquia.
- (C) Fundação pública.
- (D) Sociedade de economia mista.

20) De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional sobre o Crédito Tributário, pode-se afirmar que:

- (A) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- (B) A moratória é uma das modalidades de extinção do crédito tributário.
- (C) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre quinze dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
- (D) A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

21) Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia o balanço patrimonial, que deverá exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens serão classificados como:

- (A) Ativo imobilizado.
- (B) Investimentos.
- (C) Ativo circulante.
- (D) Ativo realizável a longo prazo.

22) De acordo com a Lei 6404/76, no balanço patrimonial serão classificados como intangíveis:

- (A) as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.
- (B) os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- (C) as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte
- (D) os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

23) Representa um exemplo de custo indireto:

- (A) Energia elétrica.
- (B) Material de consumo.
- (C) Salários.
- (D) Serviço de manutenção.

24) Para a habilitação nas licitações exige-se dos interessados a apresentação de alguns documentos. Representa um exemplo de documentação relativa à habilitação jurídica:

- (A) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- (B) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- (C) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- (D) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

25) As obrigações fiscais contingentes são estabelecidas por lei ou em contrato, associadas à ocorrência de algum evento particular que pode ou não ocorrer, tais como, exceto:

- (A) Políticas estatais de seguro: seguro de depósitos, participação em caixas privadas de pensão, seguro-inundação.
- (B) Garantias de negócios e de taxa de câmbio para investimentos privados.
- (C) Despesas orçamentárias constantes da LOA: folha de pagamento, benefícios previdenciários, dívida, precatórios, etc.
- (D) Garantias e avais emitidos a favor de entes da Federação e entidades do setor público.

26) Não representa um dos objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- (A)** Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.
- (B)** Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- (C)** Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.
- (D)** Impedir a consolidação nacional das contas públicas.

27) Sobre Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é correto afirmar que:

- (A)** É atualizado anualmente e publicado exclusivamente na Internet para uso obrigatório no exercício seguinte.
- (B)** É atualizado semestralmente e publicado exclusivamente na Internet para uso obrigatório nos três exercícios seguinte.
- (C)** É atualizado bimestralmente e publicado exclusivamente na Internet para uso obrigatório no mesmo exercício.
- (D)** É atualizado anualmente e publicado em jornais oficiais e na Internet para uso facultativo nos próximos exercícios.

28) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), são itens classificados como variação patrimonial diminutiva, exceto:

- (A)** Transferências e Delegações Concedidas.
- (B)** Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
- (C)** Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.
- (D)** Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados.

29) Não compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:

- (A)** Articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial.
- (B)** Prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda.
- (C)** Analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas.
- (D)** Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

30) O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade, utilizando as técnicas contábeis, registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar, exceto:

- (A)** a aplicação dos recursos da União, por unidade da Federação beneficiada.
- (B)** as operações realizadas pelas entidades não governamentais e seus efeitos sobre a estrutura do patrimônio da União.
- (C)** os recursos dos orçamentos vigentes e as alterações correspondentes.
- (D)** a renúncia de receitas de órgãos e entidades federais.

31) Em relação às normas gerais de direito tributário, expressas no Código Tributário Nacional, não se pode afirmar que:

- (A) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à autoria, imputabilidade, ou punibilidade.
- (B) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência.
- (C) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- (D) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas e para definição dos respectivos efeitos tributários.

32) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. São Princípios Fundamentais de Contabilidade, exceto:

- (A) Competência.
- (B) Integralidade.
- (C) Atualização monetária.
- (D) Oportunidade.

33) A Lei autoriza a liberação do saldo das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) quando o titular ou um de seus dependentes for acometido pelas seguintes doenças, exceto:

- (A) Nefropatia grave.
- (B) Hanseníase.
- (C) Esquistossomose.
- (D) Doença de Parkinson.

34) Em relação à avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, entende-se por “Perda por desvalorização”:

- (A) O montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- (B) A soma do preço de compra de um bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso.
- (C) A adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo.
- (D) A constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

35) Em relação ao ativo imobilizado, é incorreto afirmar que:

- (A) Após o reconhecimento inicial, a entidade detentora do ativo deve optar entre valorá-lo pelo modelo do custo ou da reavaliação.
- (B) Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.
- (C) No caso de transferências de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem.
- (D) Não ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática.

36) São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Os créditos adicionais destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública, são denominados de:

- (A) Especiais.
- (B) Suplementares.
- (C) Extraordinários.
- (D) Ordinários.

37) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Sobre o assunto, é incorreto afirmar que:

- (A) O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- (B) É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (C) Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- (D) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

38) O registro contábil da receita e da despesa far-se-á de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais. A dívida flutuante não compreende:

- (A) os débitos de tesouraria.
- (B) os restos a pagar, incluídos os serviços da dívida.
- (C) os serviços da dívida a pagar
- (D) os depósitos.

39) O Ativo Financeiro deve estar demonstrado no balanço patrimonial e é representado por:

- (A) Dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.
- (B) Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- (C) Dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- (D) Bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

40) De acordo com a Lei 4320/64, são despesas classificadas como “investimentos”, exceto:

- (A) Obras Públicas.
- (B) Equipamentos e Instalações.
- (C) Serviços em Regime de Programação Especial.
- (D) Material de consumo.